



CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS
COMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS



PARECER PARA DISCUSSÃO EM TURNO ÚNICO
PROJETO DE LEI N.º 46, DE 2022

Autoriza o Poder Executivo a conceder gratificação especial, em única parcela, aos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e aos Agentes de Combate às Endemias (ACE), do Município de Indianópolis-MG.

Autor: Prefeito Municipal

Relator: Vereador MARCOS TÚLIO DA SILVA

I RELATÓRIO

O presente projeto, apresentado pelo Prefeito Municipal, autoriza o Poder Executivo a conceder, em única parcela, no exercício de 2022, gratificação especial, em valor correspondente a 100% (cem por cento) do vencimento base, aos Agentes Comunitários de Saúde (ACSs) e aos Agentes de Combate às Endemias (ACEs).

Estabelece o projeto que o pagamento da gratificação especial será proporcional ao período efetivamente trabalhado no exercício de 2021.

Informa o projeto que os recursos para atender ao pagamento da gratificação estão consignados em dotações próprias do Orçamento vigente.

Acompanham a proposição a estimativa do impacto orçamentário-financeiro da despesa expandida pelo projeto, no atual exercício e nos dois subsequentes (documento de fls. 6-11); e a declaração do ordenador de despesas atestando que a despesa expandida tem adequação orçamentária e financeira na Lei Orçamentária vigente (Lei n.º 2.056, de 1º de dezembro de 2021), e é compatível com a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2022 (Lei n.º 2.034, de 26 de maio de 2021) e o Plano Plurianual do quadriênio 2022-2025 (Lei n.º 2.055, de 1º de dezembro de 2021) (documento de fl. 12).

No dia 21 de janeiro do corrente ano, este projeto foi distribuído a esta Comissão de Serviços Públicos (CSP) para, nos termos do art. 39 combinado com o art. 61, do Regimento Interno, receber parecer quanto ao mérito da matéria.

II FUNDAMENTAÇÃO

Os Agentes Comunitários de Saúde (ACSs) e os Agentes de Combate às Endemias (ACEs) prestam serviço da maior importância para o sistema de saúde pública e, por conta disto, devem ter boas condições de trabalho e remuneração.

Assim, é justo pagar essa gratificação a essas categorias, a título de incentivo pelos serviços prestados.



CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS
COMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS

Além do mais, os recursos para pagamento da gratificação são transferidos pelo Ministério da Saúde, para fortalecimento de políticas afetas à atuação desses agentes, conforme previsto no o art. 9º-D, da Lei n.º 11.350, de 5 de outubro de 2006, acrescido pela Lei n.º 12.994, de 2014.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Comissão acolhe o voto do relator e conclui pela aprovação do Projeto de Lei n.º 46, de 2022.

Sala das Reuniões, 24 de janeiro de 2022.

MARCOS TÚLIO DA SILVA
Presidente e Relator

ELMAR FERNANDES DE RESENDE
Membro

JOSÉ JOAQUIM PINTO (BARROSO)
Membro